

ANEXO II

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2023

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, situado na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. Valcir Mombach, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, dos Decretos nº 10.024/19, nº 7.892/2013 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 12/2023 (PAD 2118/2022), RESOLVE registrar os preços ofertados pelo Fornecedor abaixo:

Empresa: AJATTO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA- EPP
CNPJ: 82.687.930/0001-20
Nome do representante legal: Alysson Luiz Lenzi
Endereço completo: Rua Das Laranjeiras, 335 - Colônia Santa Gabriela, Almirante Tamandaré/PR
CEP: 83.508-702
Inscrição Estadual/Municipal: 026889799-42;
Telefone: (41) 3354-3965; (41) 99528-4544.
E-mail: novadatta@novadatta.com.br; ajatto@outlook.com; vendasajatto@hotmail.com
Banco: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Agência: 1628
Nº Conta Corrente: 2482-3

Conforme quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R\$)
1	Desmontagem de divisórias, sistema 90 de saque frontal, considerando as duas faces (serviço)	m2	1500	96,00
2	Montagem de divisórias, sistema 90 de saque frontal, considerando as duas faces (serviço)	m2	1500	142,00
3	Corte e fitamento de placas de divisórias (serviço)	m	600	158,00
4	Placa de divisória 900 x 2100 mm (material novo)	Peça	200	298,00
5	Placa de divisória 900 x 1650 mm (material)	Peça	200	220,00
6	Placa de divisória 900 x 900 mm (material novo)	Peça	200	129,00
7	Placa de divisória 900 x 800 mm (material)	Peça	360	120,00
8	Placa de divisória 900 x 400 mm (material)	Peça	200	60,00
9	Guia de piso – barra de 6,00 metros (material)	Barra	60	539,00
10	Montante vertical – barra de 3,00 metros (material)	Barra	150	369,00
11	Montante horizontal – barra de 3,00 metros (material)	Barra	150	369,00
12	Montante vertical – barra de 6,00 metros (material)	Barra	150	718,00
13	Montante horizontal – barra de 6,00 metros (material)	Barra	150	718,00
14	Suporte regulável p/montagem de divisórias (material)	Peça	1000	40,00
15	Quadro de vidro duplo com persiana entre vidros conjunto completo (material)	Peça	30	1.049,00
16	Persiana com Kit (conjunto completo da persiana) (material)	Peça	20	499,00
17	Kit Persiana (botão e mecanismo abre e fecha) (material)	Peça	20	99,00
18	Batente de porta, em alumínio tempera T5 (material)	Peça	20	589,00
19	Porta de 900 x 2100 mm de giro (material)	Peça	20	2.979,00
20	Dobradiça em latão acetinado (material)	Peça	60	250,00
21	Conjunto completo de Fechadura (material)	Peça	20	560,00
22	Módulo de vidro basculante	Peça	10	1.199,00
23	Veneziana de Ar Externo	Peça	40	799,00

* A especificação completa do item encontra-se no Termo de Referência (anexo I) do Edital.

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento e instalação de divisórias sistema 90, tipo saque frontal, bem como os serviços de desmontagem, remontagem e montagem de divisórias, visando atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme o edital, as especificações e condições do Termo de Referência e a proposta de preços apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

2. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 - Constituem obrigações do órgão gerenciador:

- a) notificar o fornecedor registrado quanto à requisição do objeto mediante o envio da nota de empenho.
 - a.1) a nota de empenho equivalerá a uma ordem de fornecimento;
- b) permitir ao fornecedor o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as

normas de segurança;

- c) notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- d) efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas nesta Ata;
- e) promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

2.1.1 - Esta Ata não obriga o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a firmar contratações com o fornecedor cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

2.2 - Constituem obrigações do fornecedor:

- a) assinar esta Ata no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da convocação.
- b) fornecer o objeto conforme especificação e preço registrados;
- c) observar as condições estabelecidas no Termo de Referência;
- d) entregar o objeto solicitado no prazo estabelecido no Termo de Referência (anexo I).
- e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- f) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- g) cumprir as demais condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, contados da data registrada no SIASG.

4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será feito por servidor formalmente designado para tal fim, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67 §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93) e notificará a autoridade superior, quando necessário, para as providências devidas.

4.2 - O fiscal/gestor terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle junto à Contratada, cabendo ordenar a correção quanto ao fornecimento efetuado em desacordo com as especificações constantes no objeto.

4.3 - O gestor será responsável em comunicar a Contratada, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas no fornecimento e/ou prestação dos serviços ora contratados, sob pena de responsabilização administrativa.

4.4 - Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhar à Secretaria de Administração devidamente instruído do comunicado acima e do formulário específico devidamente preenchido, referentes a intenção de abertura de Processo Administrativo.

5. DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 - O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Desta forma, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano.

5.2 - A atualização monetária somente poderá ocorrer se houver atraso no pagamento motivado pela Administração do TRE.

5.3 - A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro por meio da planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

5.3.1 - Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar ao TRE a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

5.3.2 - Caso o TRE já tenha emitido a(s) nota(s) de empenho respectiva(s) para que a Contratada realize a entrega dos materiais e a empresa ainda não tenha realizado o pedido de revisão de preços, este não incidirá sobre os pedidos já formalizados e empenhados.

5.4 - O Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos.

5.4.1 - Durante esse período a contratada deverá efetuar as entregas dos pedidos pelos preços registrados e nos prazos especificados em cada item, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo TRE. Nesse caso, o TRE procederá ao reforço dos valores pertinentes aos bens empenhados após o pedido de revisão.

5.4.2 - O não cumprimento da entrega nas condições estabelecidas poderá implicar a pena de impedimento do direito de licitar.

5.4.3 - A Contratada obrigar-se em realizar as entregas pelos preços registrados caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

6. DAS SANÇÕES

6.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das sanções, de acordo com a Lei no 8666/93:

a) Advertência: para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;

a.1) Será aplicada a sanção de advertência pelo descumprimento à obrigação de regularidade habilitatória, podendo acarretar cancelamento do Registro de

Preços.

b) Multas: que serão aplicadas independentes entre si quando decorrentes de fatos diversos:

b.1) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega do objeto (conforme **item 4.1.1.2 do Termo de Referência – Anexo I**), sobre o valor do pedido em atraso, limitado a 20 (vinte) dias;

b.1.1) Excepcionalmente, a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, caso presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a entrega do objeto, ou itens da contratação, sem prejuízo da incidência da multa prevista no item acima;

b.1.2) A partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, caso o gestor considere que a mora tornou inservível o cumprimento da obrigação, a multa moratória será convertida em multa compensatória prevista no item b.4;

b.2) Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da nota de empenho pertinente, pelo inadimplemento de obrigações acessórias pactuadas, tais como: fornecimento de mão de obra desqualificada, gerando substituições e atrasos dos serviços; falta dos materiais/acessórios ou ferramentas necessárias a cada demanda contratada; falta de conferência das medidas; falta de identificação dos funcionários; falta de documentação exigida; não atendimento pelo preposto, em tempo hábil à solução das demandas;

b.3) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho pertinente, pelo descumprimento à obrigação de realizar a limpeza ao final dos serviços, com entrega do local em perfeitas condições de uso, bem como pelo descumprimento às obrigações inerentes à sustentabilidade, conforme diretrizes da gestão e do instrumento contratual, especialmente com relação ao recolhimento e separação do lixo, com emissão do Termo de Descarte Correto, quando for o caso;

b.4) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho pertinente pelo fornecimento e/ou prestação de serviços em desacordo com o solicitado ou pela recusa em refazê-los, quando constatado que não atendem às características exigidas ou apresentem quaisquer defeitos;

b.5) Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho pertinente no caso de cessação do fornecimento e/ou prestação de serviços, ou pelo descumprimento da prestação da Garantia prevista no **item 4.4 do Termo de Referência – Anexo I**, dos produtos e serviços fornecidos;

b.6) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho pertinente pelo inadimplemento total, caracterizado pela não entrega do objeto contratado;

b.7) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho pertinente pela inobservância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e cláusula 6.2 do Termo de Referência.

c) Impedimento de licitar e contratar com a União: Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como o descredenciamento do SICAF, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e

quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

6.1.1 - A sanção prevista no item 6.1, alínea “c”, poderá ser aplicada, cumulativamente ou não, com a pena de multa.

6.2 - A CONTRATADA autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada para eventual aplicação de sanção em processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus ou da garantia contratual (quando couber). Caso não seja possível realizar o desconto citado, a CONTRATADA deverá recolher à União o valor imputado por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

7. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - O registro do fornecedor será cancelado, pelo órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

- I. descumprir as condições desta ata de registro de preços bem como do edital e seus anexos;
- II. não declarar o aceite da nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002](#).

7.2 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público;
- II - a pedido do fornecedor.

7.3 - O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.4 - A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no inciso I do item 7.1, será feito por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.5 - No caso de o fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

7.6 - A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos bens/prestação dos serviços até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

8. DO FORO

8.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba-PR para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

Curitiba/PR, 31 de maio de 2023.

Nome: Alysson Luiz Lenzi
Cargo: Sócio-Gerente

Dr. Valcir Mombach
Diretor Geral do TRE/PR